



**RELATO DA XVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO EXECUTIVO DA CAISAN**

**DATA:** 17 de setembro de 2014

**HORÁRIO:** 14h30 às 17h30

**LOCAL:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º Andar, Sala de Reuniões nº 617.

**PAUTA**

1. Aprovação da Pauta e da Ata da última reunião da CAISAN;
2. Preparação da Plenária do CONSEA do dia 24 de setembro – Fala do CONSEA e apresentação resumida do documento da CAISAN “Subsídios da CAISAN para a discussão sobre Educação Alimentar e Nutricional na XVI Plenária do CONSEA”;
3. Apresentação das Propostas de Mudanças do Regimento Interno da CAISAN – Michele Lessa - SE CAISAN/MDS;
4. Apresentação dos resultados de monitoramento das primeiras metas para a redução do sódio em alimentos processados – Eduardo Nilson - Ministério da Saúde;
5. Preparação do Governo brasileiro para a participação na 41ª Conferência de Segurança Alimentar da FAO (13 a 17 de outubro) e na II Conferência Internacional de Nutrição (19 a 22 de novembro) – CGFOME; e
6. Informes:
  - Relatório FAO sobre Segurança Alimentar e Nutricional;
  - Agenda CAISAN 2º Semestre de 2014;
  - Informes dos Comitês da CAISAN;
  - Outros Assuntos e Informes.

Às 14h45, o Secretário Executivo da CAISAN, Arnaldo de Campos, deu início à XVI Reunião Ordinária do Pleno Executivo da CAISAN, na presença dos representantes dos seguintes órgãos: MPOG, CC/PR, SPM/PR, FUNAI, FNDE, MRE, MMA, MDA, MDS, CONSEA, MS, MI, FAO e MC.



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

### SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
MPOG	Rafael Giacomini
CC/PR	Magaly Marques
SPM/PR	Raimunda Marcena
FUNAI	Patrícia Neves
FNDE	Albaneide Peixinho
MRE	Milton Rondó Filho
MMA	Andrea Oncala
MDA	Onaur Ruano
MDS	Arnoldo de Campos, Luisete Bandeira, Rafaela Gonçalves, Juliane Perini, Michele Lessa
CONSEA	Marcelo Gonçalves
MS	Eduardo Nilson, Lorenza Longhi
MI	Marcelo Giovani
FAO	Anne Kepple
MC	Paulo Rochel

Após aprovação do relato da XV Reunião Ordinária do Pleno Executivo pelos órgãos presentes, Arnoldo de Campos (CAISAN) sugeriu inversão da atual pauta, iniciando-se com o informe do “Relatório FAO sobre Segurança Alimentar e Nutricional”.

Na sequência, a pauta foi apresentada e aprovada, e a reunião deu seguimento com o relato da FAO Brasil.

#### **1) Relatório FAO sobre Segurança Alimentar e Nutricional.**

Arnoldo de Campos (CAISAN) explicou que o Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014, publicado pela FAO em 2014, revela que o Brasil reduziu, de forma muito expressiva, a fome, a desnutrição e a subalimentação nos últimos dez anos.

O Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há cinquenta anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu nível



abaixo do limite estatístico da medida (5%). Este nível representa a superação do problema da fome pelo país.

Segundo esse estudo, entre 2001 e 2012 a renda dos 20% mais pobres da população brasileira cresceu três vezes mais do que a renda dos 20% mais ricos.

Os avanços no combate à fome e à pobreza, na análise apresentada no Relatório da FAO, são consequências (i) da priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir de 2003, com destaque ao lançamento da Estratégia Fome Zero; (ii) da recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Consea; (iii) da institucionalização da política de SAN e; (iv) da implementação articulada de políticas de proteção social e de fomento à produção agrícola. Ressalta-se a inclusão da alimentação escolar e da aferição do consumo fora de casa.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), responsável por fazer recomendações e monitorar as políticas de segurança alimentar e nutricional, promoveu a integração das ações em uma estratégia unificada. O Conselho tem trabalhado em parceria com o Governo Federal para executar o Sistema Nacional de Informação da Segurança Alimentar e Nutricional, com mais de 50 indicadores divididos entre seis dimensões: (i) produção de alimentos; (ii) disponibilidade de alimentos; (iii) renda, acesso e/ou despesas com alimentação; (iv) acesso à alimentação adequada; (v) saúde e acesso a serviços relacionados; e (vi) educação.

Arnoldo apresentou os principais resultados encontrados na publicação e exaltou que há cerca de 200 milhões de pessoas a menos passando fome no mundo, sendo que a China foi o país com maior redução.

Arnoldo salientou que a porcentagem de 1,7% alcançada na estimativa de Prevalência de Subalimentação, traduzida para números absolutos, ainda é um grande indicativo. Esse índice foi possibilitado pelos avanços alcançados no Brasil por meio das políticas e programas implementados no país.

Na América Latina, o Brasil foi o país que mais reduziu a fome em termos relativos e absolutos. Em termos exatos, os índices do Brasil representam metade da redução apresentada pela América Latina e o objetivo é erradicar a fome até 2025.

O Brasil tem um capítulo no relatório de Roma que destaca a atuação do país no tema. Em resumo, transitamos da imagem de um país problemático para sermos exemplo no combate



à fome. Como último ponto, Arnoldo ressaltou a importância do CONSEA e dos órgãos envolvidos na organização dessa estratégia brasileira.

### **Debate**

Anne Kepple (FAO Brasil) agradeceu o apoio da CAISAN e do CONSEA no preparo do Relatório “FAO sobre Segurança Alimentar e Nutricional”. O relatório teve sua idealização no momento em que os gestores do MDS estudavam a prevalência de subalimentação no Brasil. O mesmo tem o objetivo de esclarecer alguns dados que eram diferentes daqueles publicados pelo Governo Federal.

Anne evidenciou a necessidade de compartilhar os resultados obtidos com o Sistema de Monitoramento de Segurança Alimentar no Brasil. Ela ressaltou que o desafio da próxima década será o controle da obesidade e a promoção da alimentação saudável, que estão diretamente relacionados ao combate à fome.

Albaneide Peixinho (FNDE) lembrou a importância de colocar a alimentação escolar no indicador utilizado. O PNAE, inicialmente, não tinha a finalidade de combater a fome e sim, auxiliar as crianças pobres. Em 2009 com auxílio do CONSEA, foi aprovada a lei que reconheceu o direito à alimentação adequada e saudável nas escolas, e posteriormente mudou-se a concepção e a visão do programa. Albaneide ressaltou a importância de conceituar a fome não apenas como o acesso ao alimento, mas também a qualidade do mesmo. Essa visão passou a ser incorporada e monitorada pelo FNDE nas escolas, a partir do ano de 2003. Ela evidenciou que para a garantia de avanços no âmbito da segurança alimentar e nutricional a intersetorialidade é extremamente necessária e que o monitoramento das políticas públicas será o grande desafio.

Patrícia Neves (FUNAI) agradeceu a inclusão agrária nas questões colocadas sobre segurança alimentar dos povos e comunidades tradicionais. Ela demonstrou o quanto isso impacta diretamente na segurança alimentar desses povos e colocou a FUNAI à disposição para a construção dessa agenda.

**2) Preparação da Plenária do Consea do dia 24 de setembro – Fala do CONSEA e apresentação resumida do documento da CAISAN “Subsídios da CAISAN para a discussão sobre Educação Alimentar e Nutricional na XVI Plenária do CONSEA”.**



Marcelo Silva (CONSEA) iniciou relatando a familiaridade do tema “Educação Alimentar e Nutricional” para o CONSEA e o amadurecimento do tema da plenária desde o mês de julho, a partir das contribuições das comissões do CONSEA.

O cronograma da plenária seguirá o modelo tradicional e se dividirá da seguinte forma:

**I) Educação alimentar e nutricional na promoção à segurança alimentar e nutricional.**

- Determinantes e desafios para a alimentação saudável e o papel da educação alimentar e nutricional para a promoção da SAN – Conselheira Elisabetta Recine;
- Políticas públicas de educação alimentar e nutricional – Arnaldo de Campos, Secretário Executivo da Caisan;
- Experiência de Tomar do Geru, Sergipe: I Feira de Alimentação Saudável - José Joilson de Jesus Oliveira, Coordenador municipal do Programa Saúde na Escola;
- Experiência de Barbacena, Minas Gerais: Educação Alimentar e Nutricional em unidades da Assistência Social - Lélia Cápua Nunes;
- A importância do patrimônio e cultura alimentar na Educação Alimentar e Nutricional – representante das Comissões Permanentes 5 e 6; e
- Debates.

**II) Lançamento oficial do Relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um Retrato Multidimensional” – FAO Brasil.**

**III) Apresentação da Campanha Internacional da Caritas no Brasil.**

**IV) 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.**

- Informes;
- Indicação de membros para as subcomissões da Comissão Organizadora;
- Indicação de temas, local e número de participantes dos Encontros Temáticos; e
- Indicação do lema da Conferência a partir de sugestão da Mesa Diretiva.

**V) Aprovação de propostas de Exposições de Motivos e/ou Recomendações das Comissões Permanentes, dos Grupos de Trabalho e da Comissão de Presidentes(as) dos Conseas Estaduais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias (CPCE, CP7, CP6, CP5, CP4, CP3, CP2, CP1, GTs).**



### **Debate**

Marcelo Silva (CONSEA) lembrou que, na última plenária, alguns itens sobre a 5ª Conferência foram decididos, como o local e período de sua realização. Sendo assim, a mesma será realizada em Brasília entre os dias 3 a 6 de Novembro, no Centro de Convenções. Ele relatou que um dos encontros temáticos foi definido e será realizado em Belém, tendo por tema a “Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia”.

Marcelo comunicou que a comissão organizadora terá um formato similar ao da Conferência passada, ou seja, um grupo executivo e duas subcomissões - subcomissão de infraestrutura, comunicação e mobilização e, subcomissão de metodologia.

Marcelo relatou que, na última comissão, havia um representante da CAISAN em cada uma dessas instâncias, mas o objetivo é a existência do reflexo do Conselho. O mesmo será composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. Isso significa que a CAISAN deixa de ter dois representantes e passa a ter quatro representantes.

Marcelo comentou a importância do governo nesse processo, garantindo assim maior aproximação dos órgãos com o CONSEA.

Michele Lessa (CAISAN) lembrou que, na última comissão, apesar de existir apenas uma vaga destinada aos representantes do governo, vários ministérios participaram. No entanto, devido às poucas vagas, foi solicitado esse balanceamento a fim de garantir participação mais formal do governo.

Como encaminhamento, Michele sugeriu que a CAISAN enviasse ao Pleno um documento explicando as atribuições dessas subcomissões e os órgãos que tiverem interesse em participar entrariam em contato. Na próxima reunião seria confirmada a suplência e a titularidade de cada subcomissão.

Michele finalizou o item agradecendo a participação dos ministérios envolvidos na elaboração do documento “Subsídios da CAISAN, XVI Plenária do CONSEA - Educação Alimentar e Nutricional na Promoção à Segurança Alimentar e Nutricional” e ressaltou a importância do envio das contribuições até às 11 horas do dia 18 de setembro.



**3) Apresentação das Propostas de Mudanças do Regimento Interno da CAISAN – Michele Lessa - SE CAISAN/MDS.**

Arnoldo de Campos (CAISAN) iniciou a apresentação das propostas de mudanças do Regimento Interno da CAISAN relatando que a CAISAN possui duas instâncias e que a instância de funcionamento é o Pleno Executivo. A instância de ministros praticamente nunca ocorreu.

Arnoldo salientou a demora na expedição de resoluções e recomendações internas do governo devido à dificuldade de se ter que reunir todos os ministros. Portanto, o item de pauta foi incluso a fim de levar propostas de mudanças das atribuições dessas duas instâncias (ministerial e executiva) e quando necessária a presença do pleno ministerial, a articulação seria feita.

Michele Lessa (CAISAN) completou o item justificando que, na atual situação de dinâmica de mobilização da implementação do SISAN nos estados e municípios, a CAISAN têm recebido muitas demandas de institucionalização de processos e resoluções. Ela sugeriu duas maneiras de solucionar o item: i) convocar o Pleno Ministerial com o objetivo de aprovar as resoluções existentes bem como o novo Regimento Interno da CAISAN; e ii) Encaminhar as resoluções via aviso ministerial e, caso não ocorra um retorno em até 15 dias dos ministérios, dar-se-ão por aprovadas.

Michele relatou a existência de uma conversa com a Consultoria de Jurídica Interna (CONJUR) a fim de verificar a possibilidade de simplificar a institucionalização dos processos, no entanto, sem confirmação. Portanto, a solução que a CAISAN propôs é dar autonomia, semelhante à de outros comitês gestores, ao Pleno Executivo. O Pleno Ministerial terá atribuições na linha de política e acompanhamento do Plano e o Pleno Executivo, processuais e de implementação do SISAN.

Michele lembrou ainda que o decreto não fala sobre as atribuições das duas instâncias e que uma pré-avaliação da mudança do regimento interno já foi realizada em parceria com a CONJUR.

**Debate**



Magaly Marques (Presidência) ressaltou que o documento foi enviado ao Pleno pouco tempo antes da reunião e que não se manifestaria antes de analisar o decreto e o presente documento. Ela salientou que avaliará o mesmo junto a Consultoria Jurídica a fim de que o processo seja bem estruturado.

Onaur Ruano (MDA) salientou que as propostas de mudança do regimento interno ditará o funcionamento da CAISAN e não a composição da mesma. Por último, relatou que essa proposta foi revisitada em 2011 e seu posicionamento é contra a ascendência das resoluções a nível ministerial. Entretanto à época, a jurídica do MDS não concordou com o mesmo.

Como encaminhamento, Michele salientou a importância da convocação do Pleno Ministerial e a elaboração de um grupo de discussão com o objetivo de avaliar o regimento e decidir a melhor maneira de solucionar a temática.

**4) Apresentação dos resultados de monitoramento das primeiras metas para a redução do sódio em alimentos processados – Eduardo Nilson - Ministério da Saúde.**

Eduardo Nilson (MS) agradeceu a colocação do ponto de pauta e relatou que o tema faz parte de uma das ações do próprio PLANSAN e está relacionado à questão das doenças crônicas, que tem como seus fatores de risco a própria alimentação.

Eduardo abordou o crescente consumo de processados em todas as faixas de renda do Brasil e apresentou a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse relatório possui dados de pressão arterial sistêmica, glicemia, perfil lipídico e outros indicadores a fim de caracterizar a situação da população brasileira. A partir dessa problemática, o Brasil se comprometeu a cumprir as metas globais propostas pela OMS e as existentes em seu próprio plano de enfrentamento das doenças crônicas, tendo como grande desafio, a redução do consumo de sódio de 12g/diárias para 5g/diárias.

O monitoramento das primeiras metas para a redução do sódio em alimentos processados mostrou que o Brasil vem avançando e alcançando a meta de redução de 2% ao ano. Essa redução deve ser trabalhada tanto nas fontes intrínsecas de sódio da alimentação, quanto no sal que é adicionado durante o consumo de alimentos, já que 2/3 do nosso sódio diário vem dessa adição e 1/3 dos alimentos processados.



De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, com a redução do sódio para 5g/dia, os resultados são: redução de 15% das mortes por Acidente Vascular Encefálico (AVE), 10% por infarto e redução de 1,5 milhão de pessoas hipertensas.

Outro dado preocupante levantado pela última vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) foi que, ao perguntar aos participantes suas opiniões quanto ao consumo de sal diário, a maioria respondeu que achava adequado ou até baixa, contradizendo os dados de consumo. Portanto, a educação alimentar deve ser bem trabalhada sobre a consciência do consumo de sal e da escolha dos alimentos com menor teor de sódio.

Nesse sentido, o presente estudo contemplou quatro estratégias para a redução do consumo de sódio, sendo: i) Promover a alimentação saudável e aumentar a oferta de alimentos saudáveis; ii) Reduzir voluntariamente os níveis de sódio em alimentos processados e alimentos vendidos em estabelecimentos de *food service* e restaurantes; iii) Rotulagem e informação ao consumidor; e iv) Educação e sensibilização para consumidores, indústria, profissionais de saúde e outras partes interessadas.

Entre 2011 e 2013, o estudo alcançou a incorporação de diversos produtos industriais que pactuaram com as metas e os critérios determinados com a funcionalidade de transparecer o impacto dessa transformação e do seu controle. Então, avaliaram-se diversos produtos industrializados pertencentes ao mercado a fim de reduzir a concentração de sódio nos mesmos. Espera-se que, nos próximos 4 anos, ocorra uma redução da quantidade máxima de sódio existente nesses produtos equivalente a média encontrada hoje.

Para o monitoramento dessas estratégias de redução do sódio, utilizou-se: i) rotulagem nutricional; ii) análises laboratoriais pela ANVISA, a fim de saber a veracidade dos dados; e iii) pesquisas de inquérito (PNS - 2013 e POF - 2015) com o objetivo de saber o impacto na população.

Comparou-se ainda, os teores de sódio, em 2011 e 2013, de produtos das empresas associadas à Abia e/ou Abima com aqueles produzidos por empresas não associadas. Com relação ao macarrão instantâneo e aos pães de forma industrializados, analisando as médias em 2011 e 2013, evidenciou-se que um número maior de produtos de empresas associadas tendeu a diminuição dos teores de sódio, em relação às empresas não associadas. Tal fato demonstra o efeito indutor do pacto em relação à diminuição nos produtos dessas empresas. Salienta-se



ainda a importância desse movimento em relação à melhoria do perfil nutricional desses produtos amplamente consumidos pela população brasileira. Com relação às bisnaguinhas, não houve diferença entre os grupos dos associados e não associados, contudo, por se tratar de um produto de número reduzido no mercado, esse pequeno contingente pode ser impactante para as análises estatísticas.

De acordo com informações da Abia, o Plano de Redução do Sódio contribuirá para a retirada do mercado até o ano 2016 de 2.844 toneladas de sódio do mercado de produtos alimentícios brasileiro. Sendo que até 2013 já foram retiradas 1.295 toneladas e até o final de 2014 serão retiradas 1.859 toneladas.

Uma vez que os termos de compromisso não constituem regulações, não há previsão de punições às empresas que não alcancem as metas. Porém, o Ministério da Saúde e a Abia farão comunicação oficial às empresas que descumprirem as metas, buscando a explicitação de medidas para a adequação dos produtos aos limites de sódio estabelecidos.

Ressalta-se, contudo, que o cumprimento das metas por mais de 95% dos produtos presentes no mercado, considerando-se as indústrias associadas à Abia, reforça o potencial da estratégia de pactuação de metas voluntárias para a redução do sódio no país, bem como o papel indutor dessas metas inclusive sobre indústrias não associadas.

### **Debate**

Arnoldo de Campos (CAISAN) salientou que o tema abordado é de extrema relevância para a agenda de Educação Alimentar. Ele relatou que o nível de conhecimento e apropriação de todos deve ser maior sobre essa iniciativa e deve-se colocá-la no sistema, juntamente ao CONSEA, pois a comunicação com o sistema privado é muito importante para a construção de resultados estruturais. Ele ressaltou também a importância da parceria entre a indústria e a educação alimentar e nutricional, a fim de esclarecer à sociedade o quão negativo é a composição de alguns produtos.

Eduardo Nilson (MS) lembrou que, apesar da indústria pactuar essa redução de sódio, ela não pode fazer propagandas veiculadas à redução. Para que isso acontecesse, ela teria que fazer uma redução tão grande que a categorizaria como fabricante de produtos light, diet ou equivalentes.



Michele Lessa (CAISAN) lembrou que o Comitê Técnico de Obesidade está voltado para o planejamento de aquisições saudáveis e encaminhou ao Comitê que esses estruturassem um meio de como os outros órgãos podem apoiar o Ministério da Saúde nas estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas ao direito do consumidor.

**5) Preparação do Governo brasileiro para a participação na 41ª Conferência de Segurança Alimentar da FAO (13 a 17 de outubro) e na II Conferência Internacional de Nutrição (19 a 22 de novembro) – CGFOME.**

Milton Rondó (MRE) relatou que na última reunião da Conferência de Segurança Alimentar da FAO (SCA) realizada com os ministérios foi solicitado o encaminhamento dos nomes daqueles que desejam integrar a comissão fossem encaminhados ao e-mail da CGFOME até o dia 16 de setembro, juntamente com uma foto digital.

Com relação ao processo decisório, Milton salientou que alguns documentos foram finalizados, sendo alguns apenas para conhecimento, e encontram-se no site da FAO. Os documentos os quais o comitê fará pronunciamento possuem a *decision box*.

Sobre a II Conferência Internacional de Nutrição, a ser realizada entre 19 a 22 de Novembro, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde ressaltaram que o Marco de Ação para Nutrição deve ser finalizado, em Genebra, entre os 22 e 23 de Setembro. Esta será a última reunião antes da Conferência, na presença de todo os países envolvidos, e serão discutidos o Marco de Ação e o Documento Político “Declaração de Roma em Nutrição”.

O Documento Político encontra-se quase finalizado, no entanto, o Marco de Ação ainda é um documento extenso e pouco objetivo. O Ministério da Saúde, como representante, juntamente com outros países da América Latina fizeram uma proposta de um novo Marco de Ação e a pedido da FAO, encontra-se o posicionamento do Brasil.

Michele Lessa (CAISAN) lembrou que contribuições foram incorporadas ao documento pelo Comitê Técnico de Obesidade e encaminhado via FAO, buscando consenso sobre os parágrafos ainda em aberto e revisão dos parágrafos que haviam sido acordados.

Milton lembrou que aqueles que tiverem interesse em compor a delegação da II Conferência Internacional de Nutrição devem encaminhar seus nomes até o dia 24 de Outubro



e uma reunião será feita no dia 29 do mesmo mês a fim de articular o posicionamento do Brasil, juntamente à sociedade civil, durante o evento.

### **Debate**

Arnoldo de Campos (CAISAN) questionou o que será buscado na Conferência Internacional, o posicionamento e os assuntos a serem discutidos.

Milton Rondó (MRE) relatou que, com relação à volatilidade, o Brasil encontra-se tímido. A data da reunião não ajuda, pois será logo após o primeiro turno (dia 06/10) e Milton exaltou a importância de se ter um representante e uma posição mais sólida no tema. Michele Lessa (CAISAN) relatou que foi sugerido à CONAB que representassem o Brasil, mas Milton salientou que a presença do órgão não está confirmada.

Com relação ao tema das Mudanças Climáticas, Milton relatou que momento agora está razoavelmente agradável e há uma maior aceitação do tema “Agricultura Sustentável”.

### **6) Informes:**

- Agenda CAISAN 2º Semestre de 2014

Michele Lessa (CAISAN) informou que a agenda da CAISAN do 2º semestre diz respeito basicamente às resoluções que serão encaminhadas para o próximo Pleno. Ela citou, ainda, que haverá um Seminário sobre SISAN a ser realizado entre o CONSEA e a CAISAN logo após a plenária de Novembro, que discutirá os avanços e próximos passos do SISAN.

- Informes dos Comitês da CAISAN

Rafaela de Sá (CAISAN) lembrou que o Comitê Técnico de Monitoramento foi instituído formalmente no dia 02 de setembro de 2014 por meio da resolução nº 5 da CAISAN. O comitê já existia desde 2012, mas devido à paralização do Regimento, o processo ficou estagnado e em março de 2014, deu-se continuidade a esse e, recentemente, a resolução foi publicada.

### **7) Encaminhamentos:**

- Encaminhamento das atribuições das subcomissões de organização da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ao Pleno Executivo. Os órgãos que tiverem



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

### SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

---

interesse em participar devem encaminhar os nomes dos representantes e na próxima reunião do Pleno, será confirmada a suplência e a titularidade de cada subcomissão.

- Convocação do Pleno Ministerial e elaboração de um grupo de discussão a fim de avaliar o Regimento Interno da CAISAN, na presença da CAISAN e da Consultoria Jurídica.
- Estruturação de documento sobre como os órgãos podem apoiar o Ministério da Saúde nas estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional voltada ao direito do consumidor, a ser realizada pelo Comitê Técnico de Obesidade.

Nada mais havendo a tratar, às 17h30 deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou o presente relato que, depois de aprovado, será por mim assinado.